

**As casas de farinha no distrito de Boa Vista da Tapera /Encruzilhada/Bahia como estratégia de reprodução camponesa****The flour houses in the village of Boa Vista da Tapera/Encruzilhada/Bahia as a strategy for peasant reproduction**Nádia de Sousa Silva<sup>1</sup>**Resumo**

O município de Encruzilhada/Bahia caracteriza-se como um polo produtor do monocultivo cafeeiro, impulsionado pela produção de commodities em virtude do avanço do agronegócio. E que, a partir da década de 1990, se evidenciam profundas transformações no espaço agrário. Por outro lado, a produção artesanal da farinha de mandioca e de seus derivados, em especial no Distrito de Boa Vista da Tapera, em Encruzilhada/Bahia, configura-se como uma das principais atividades econômicas desses sujeitos sociais, para (Re)Existirem na luta pela/na terra e assegurar a sua manutenção e (re)produção social. O artigo tem como objetivo analisar as (Re)Existências e os processos das territorialidades dos sujeitos sociais que vivenciam, cotidianamente, as casas de farinha e o processo de beneficiamento da raiz da mandioca, a partir das quais derivam suas iguarias, como estratégia de (Re)Existência. O estudo se ampara em uma abordagem qualitativa e fundamenta-se em levantamentos teóricos acerca da temática, além de pesquisas documentais e de trabalho de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas e de registros iconográficos. A sistematização das informações apresentadas foi realizada em articulação com as discussões teóricas, para, assim, ter condições de tecer reflexões sobre a realidade em estudo. Os resultados apresentados asseguram que a produção da farinha de mandioca e os seus derivados representam, mais que uma estratégia econômica, pois se constituem como uma atividade artesanal relevante nessa localidade e se expressa como um elemento emblemático no processo de construção identitária e de sociabilidade desses sujeitos com as casas de farinha possibilitando, também, as (Re)Existências e a reprodução social desses grupos familiares que vivenciam esses espaços cotidianamente.

**Palavras-Chave:** Agricultura Camponesa. Agronegócio Cafeeiro. Casas De Farinha. (Re)Existência. Saberes E Fazeres.

**Abstract**

The municipality of Encruzilhada/Bahia is characterized as a hub for coffee monoculture, driven by commodity production due to the advancement of agribusiness. And that, starting

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: nadiasilva@discente.ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6815-5330>

from the 1990s, profound transformations in the agrarian space have become evident. On the other hand, the artisanal production of cassava flour and its derivatives, especially in the Boa Vista da Tapera District in Encruzilhada/Bahia, is one of the main economic activities of these social subjects, to (Re)Exist in the struggle for the land and ensure its maintenance and social (re)production. The article aims to analyze the (Re)Existences and the processes of territorialities of social subjects who daily experience the farinha houses and the processing of cassava root, from which their delicacies are derived, as a strategy of (Re)Existence. The study is based on a qualitative approach and is grounded in theoretical surveys on the topic, as well as documentary research and fieldwork, including semi-structured interviews and iconographic records. The systematization of the presented information was carried out in conjunction with theoretical discussions, in order to be able to weave reflections on the reality under study. The presented results ensure that the production of cassava flour and its derivatives represents, more than an economic strategy, as it constitutes a relevant artisanal activity in this locality and expresses itself as an emblematic element in the process of identity construction and sociability of these individuals with the flour houses, also enabling the (Re)Existences and social reproduction of these family groups who experience these spaces daily.

**Keywords:** Peasant Agriculture. Flour Houses. Cassava. (Re)Existence. Knowledge And Doing.

## Introdução

As casas de farinha localizadas no Povoado de Boa Vista da Tapera – Encruzilhada/Bahia, remetem as práticas e os modos de vida associados a atividade de elaboração artesanal da farinha de mandioca e seus derivados ali desenvolvida e mantêm a prática do saber-fazer apreendido que perpassa gerações, a persistência da agricultura camponesa nesses territórios rurais se constitui, diante de um contexto atual dominado pelo agronegócio cafeeiro nesse município. Em contrapartida, estas, por sua vez, se efetivam como um processo de sociabilidade, no qual os grupos sociais compartilham saberes e fazeres, conhecimentos, práticas, tradições, costumes e valores culturais que se perpetuam. Além de assumir diversos sentidos, significados e simbolismos que, para além da dimensão do alimento, contribuem para a segurança alimentar e nutricional, estes também se configuram como uma importante prática cultural e identitária para os grupos familiares ali residentes. Assim, observou-se que a relação dos moradores com a mandioca constitui-se em uma cultura enraizada no povoado. Essa tradição, que se mantém há anos, é resultado de

uma cultura que foi/vem sendo transmitida por gerações, em que os saberes e fazeres retratam os conhecimentos acumulados e repassados na preservação dessa produção.

Por outro lado, a implantação, expansão e territorialização da monocultura do café nos territórios rurais dessa região implicam, fundamentalmente, no processo de precarização do trabalho e de expropriação camponesa, resultando na incorporação de suas terras à exploração do capital, tal como abordado por diversos autores, como Oliveira (1987), Fernandes (2001), Martins (1982), entre outros.

Notadamente, a partir dos anos 1970, novas áreas na região Sudoeste da Bahia, começam a ser incorporadas à estrutura produtiva do capital no campo, em emergência ao agronegócio, nesse caso com a implementação do monocultivo cafeeiro, em um processo de incorporação produtiva que avança e adentra esses territórios rurais, inclusive, o município de Encruzilhada, cujas transformações, resultaram, deste modo, em impactos, principalmente, às atividades econômicas e sociais: agrícolas e criação de animais, das quais mantêm relações com a natureza, sobretudo, na medida em que ocorreu a redução dos cultivos de alimentos tradicionais e das práticas culturais camponesas somada aos saberes e fazeres que se perpetuam por gerações.

Para tal, buscou-se evidenciar que o processo de elaboração da produção artesanal da farinha e de iguarias derivadas da mandioca apresenta-se como uma das variadas alternativas econômicas e sociais, das quais os agricultores camponeses efetivam-se para Existir e (Re)Existir e lutar pela/na terra, frente à crescente expansão e territorialização desse monocultivo em larga escala do café. Contraditoriamente, embora algumas casas de farinha tenham deixado de existir, sido demolidas, outras abandonadas e ruírem a ponto de até cair, em virtude da ação do tempo, aquelas que ainda persistem tornam-se um lugar eivado de práticas e modos de vida, e é nesse território que ocorre o processo do saber-fazer farinha. É nele que se cristalizam os saberes e fazeres socializados e mantidos pelos grupos familiares e/ou por vizinhos engajados nessas práticas sociais, que mantêm as relações de convivência entre os familiares e as pessoas que exercem suas atividades laborais no lugar. É ali que ocorrem as relações de cooperação e colaboração entre os sujeitos sociais que vivenciam

e/ou experienciam, de forma associada, a atividade de elaboração artesanal da farinha de mandioca nesses espaços cotidianamente.

Levando em conta essa abordagem, o presente artigo tem por objetivo analisar as (Re)Existências e os processos de territorialidade dos camponeses, camponesas e dos sujeitos sociais que vivenciam cotidianamente as casas de farinha, bem como o processo de beneficiamento da raiz da mandioca e de seus derivados, enquanto estratégia de (Re)Existência. De acordo com Pelá e Mendonça (2010), a (Re)Existência constitui-se como: “[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo” (Pelá; Mendonça, 2010, p. 54).

Em contraposição ao modelo hegemônico vigente no município, o agronegócio cafeeiro e os rebatimentos que esse monocultivo provoca na produção de alimentos, incluindo a redução de diversos cultivos, como a mandioca. Outrossim, a produção de alimentos da lavoura camponesa estabelece-se como uma estratégia de reprodução e permanência diante das investidas do capital. Sob esse viés de análise, buscou-se compreender o modo como ocorre a produção nas casas de farinha do povoado e discutir o significado da produção de farinha de mandioca para os sujeitos sociais envolvidos, que criam e recriam alternativas para dar continuidade ao desenvolvimento de suas atividades tradicionais.

Desse modo, compreende-se que essa produção é para além do consumo e da venda, é também tradição familiar, recordação de cheiros e gostos da infância (Menezes, 2013), bem como transferência de aprendizados, intrínseca à vivência nesse lugar. Esse processo abrange dimensões mais amplas e complexas da interpretação da realidade social. Representa, assim, saberes e fazeres transmitidos de geração em geração que extrapolam a lógica do mercado. Tal produção constitui-se em uma atividade enraizada nos modos de vida dos grupos familiares, que se perpetuam por gerações no ato do saber-fazer e nas técnicas de preparação. Assim, as casas de farinha configuram-se, nesse povoado, como elementos de identificação de determinados grupos sociais.

O estudo aprofunda o debate e evidencia as transformações espaciais nesses territórios, ocorridas na organização produtiva e nos territórios de vida e trabalho dos camponeses e demais trabalhadores da terra<sup>2</sup> no município de Encruzilhada/Bahia. Ainda, reflete sobre a produção da farinha e de suas iguarias, como alimentos identitários, enquanto estratégia de (Re)Existência para a manutenção de componentes territoriais que asseguram uma forma peculiar de produzir e viver – isto é, a agricultura camponesa.

Encruzilhada/Bahia apresenta um mosaico de formas de apropriação e usos da terra e demais recursos territoriais, com destaque para a agricultura camponesa, a exemplo do beneficiamento da raiz de mandioca nas casas de farinha e do agronegócio cafeeiro, que se amplia e, inclusive, atinge fortemente as práticas sociais camponesas. O monocultivo do café, por sua vez, expressa a imposição da produção de *commodities*, conforme o mercado mundial, transformando os territórios de vida e trabalho dos camponeses e os saberes e fazeres desses sujeitos sociais.

Assim, pesquisar as casas de farinha desse povoado significa descortinar o sentido dessa produção para homens e mulheres, identificando as relações existentes entre eles, o território ao qual pertencem e os desdobramentos decorrentes do surgimento de outras atividades (Menezes, 2013). Com esse entendimento, apontam-se as permanências e rupturas existentes no território, o que corrobora a afirmação dessas casas de farinha no Povoado de Boa Vista da Tapera, como espaços de (Re)Existência, assegurando sua (re)produção social. Por fim, o artigo encontra-se estruturado em alguns tópicos: introdução, caracterização da área de estudo, metodologia, reflexões teóricas, resultados e discussões e considerações finais.

### **Caracterização da área de estudo**

---

<sup>2</sup> Para Mendonça (2004, p. 28), os trabalhadores da terra se referem [...] àqueles que exercem labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc. que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de desfiliação social, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária.



fundamental do 1º ao 9º ano, uma unidade de saúde e alguns estabelecimentos comerciais. O mapa a seguir apresenta o município e seus respectivos distritos e povoados.

A necessidade de estudar os alimentos identitários emergiu da inquietação no momento das visitas às casas de farinha, para a realização das entrevistas com os sujeitos sociais que fazem parte e lidam com a produção e beneficiamento da mandioca. Nesses lugares percebe-se claramente que os alimentos ali elaborados contam histórias e revelam identidades. Nessas farinheiras encontram-se diversas iguarias, derivadas da raiz da mandioca e que nos fazem pensar na importância que esses alimentos têm para os grupos familiares que as produzem. Menezes (2013), ao abordar os alimentos identitários, enfatiza a necessidade de: “[...] não só atentar para processos culturais que envolvem diferentes temporalidades e que têm seus reflexos no tecido social/cultural dos lugares, mas também discutir uma territorialidade criada como estratégia de reprodução dos grupos familiares” (Menezes, 2013, p.121). Com efeito, ao discutir as práticas e saberes alimentares construídos pelos sujeitos que as vivenciam, estabelece-se uma relação de proximidade entre os agricultores camponeses e os consumidores.

### **Metodologia**

No que tange aos procedimentos metodológicos, a pesquisa ampara-se no viés de análise qualitativa. A metodologia está pautada na discussão dos referenciais teóricos relacionados ao agronegócio cafeeiro e à campesinidade. Buscou-se sistematizar as informações apresentadas os dados secundários relativos às condições sociais de vida da população local, em articulação com as discussões teóricas, além da elaboração de mapeamento e pesquisas de campo *in loco*, para, assim, que envolva observações, conversas, entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa e vivências, para assim, ter condições de tecer reflexões sobre a realidade em estudo.

Na leitura da realidade em questão, constatou-se que o agronegócio do café tem transformado os territórios rurais de Encruzilhada, impondo lógicas capitalistas de trabalho na terra, no entanto, ainda persistem formas alternativas de vida e trabalho, amparadas na sociabilidade camponesa.

O estudo apresentado evidencia elementos acerca da permanência da produção da mandioca e de seus derivados, que se configuram como hábito alimentar tradicional na identidade local dos sujeitos taperenses, partindo da compreensão de que essas casas de farinha, se constituem como lócus emblemáticos e repletos de significados que se manifestam nos saberes e fazeres dos moradores do Povoado. Desse modo, buscou-se compreender as dinâmicas socioterritoriais que as casas de farinha assumem no povoado, considerando as permanências, rupturas e transformações inerentes ao processo de Existência e (Re)Existência (Pelá; Mendonça, 2010) desses grupos familiares nesses territórios. Nessa direção, reflete-se a partir da dinâmica da produção de alimentos identitários (Menezes, 2013), nesse caso, as iguarias derivadas da mandioca, construídas como estratégias e táticas (De Certeau, 2013) das (Re)existências e ressignificações do modo de vida, bem como da manutenção e da reprodução dos pequenos e médios grupos de camponeses que vivenciam esses territórios.

Acredita-se, com base na revisão bibliográfica e na realização dos trabalhos de campo, que um dos desafios consiste, justamente, em compreender a forma como os sujeitos constroem essas territorialidades, cultivam os alimentos e o modo como eles experienciam, em seu cotidiano, a comercialização destes, bem como a maneira pela qual compartilham as relações sociais e as tramas que se entrelaçam no território.

### **A produção artesanal da farinha de mandioca e seus derivados: sabores, saberes e fazeres, aromas e gostos**

Nas últimas décadas, as relações existentes entre a produção da farinha de mandioca e as suas iguarias se constituem como um elemento aglutinador no Povoado de Boa Vista da Tapera. As reflexões em torno dos estudos que envolvem a discussão acerca dos alimentos identitários têm ganhado cada vez mais importância e se constituem para os sujeitos sociais que vivenciam cotidianamente essas casas de farinha como “[...] uma força da tradição e da cultura, entendida como uma forma de manifestação da identidade” (Menezes, 2014, p.274). É com base nessa premissa que as leituras sobre alimentos identitários, território e territorialidades possibilitam uma melhor compreensão das casas de farinha na construção

de identidades, nos laços de pertencimento e na manutenção dos grupos familiares que estão presentificados nesse fazer diário, nos espaços das farinheiras.

Por meio dessas ponderações, considera-se que as casas de farinha são espaços de permanências e rupturas, são também espaços de socialização, de trocas e são inegavelmente também lugares de encontro e reencontro. E se configura como lugar de produção e reprodução, de troca de conhecimentos e de experiências. É nesse local que a raiz da mandioca se transforma em farinha e posteriormente, em outros derivados. Nesse contexto, ao analisar os saberes e fazeres da produção de farinha de mandioca e as relações de convivência ali existentes, entende-se que, corriqueiramente, são nas farinheiras que ocorrem o processo de construção e socialização dos saberes e fazeres ali desenvolvidos. Esses espaços representam, portanto, mais do que unidades produtivas; são expressões da (Re)Existência camponesa e da continuidade das práticas culturais que sustentam a permanência desses grupos familiares diante das transformações impostas pela modernização e pelas dinâmicas do agronegócio.

Considerando a realidade em questão, no que tange o processo de expansão do café, que surge nesse município em meados da década de 1970 e a expropriação camponesa, que se efetiva em virtude do avanço do capital cafeeiro no campo, sobretudo pelo projeto de modernização da agricultura que reverbera na região do Planalto da Conquista e em Encruzilhada, especialmente, com a mecanização do campo, no caso desse município estudado, a partir do momento em que a colheita do café passa a ser colhido por meio de maquinários, o que corrobora para as dificuldades de diversas dessas famílias de produzir alimentos no recorte territorial desta pesquisa, observa-se que a análise concreta da realidade é pertinente para explicar o movimento concreto do real. Assim, como resultado dessa expropriação, verifica-se que parte dos camponeses e de seus grupos familiares se submetem ao trabalho nessas empresas capitalistas cafeeiras.

A expansão do capital no campo marca a implementação do monocultivo cafeeiro no município de Encruzilhada, por se tratar de um território com potencialidades agrícolas elevadas, conseqüentemente, reflete numa maior utilização dos solos, principalmente para pastagens e o café, que se consolida com o processo de modernização da agricultura

brasileira. Tal processo determina o advento do agronegócio nesse município, bem como as transformações na estrutura fundiária e no uso da terra, que acentuaram ainda mais essas desigualdades.

O processo de modernização da agricultura é um marco histórico no espaço agrário brasileiro, causou profundas transformações e consequências severas marcado pela violência, injustiças socioterritoriais e pela luta de classes travada, que assola e aterroriza os camponeses. São as contradições e os conflitos latentes, inerentes à formação socioespacial, apreçados pelo agronegócio, que explicam a dinâmica do atual cenário do campo brasileiro. Essa assertiva está assentada na dimensão das mutações ocorridas no espaço agrário que remete à utilização de insumos e à inserção da tecnologia sobretudo nas grandes empresas rurais, sendo este um dos principais fatores das desigualdades sociais no campo. Essas novas formas de expansão capitalista adotadas conformam “[...] o modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo” (Conceição, 2013, p. 92).

Acerca desse debate, Oliveira aponta que a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista no campo:

[...] concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. (Oliveira, 2001, p. 187).

Com esse entendimento, destaca-se que a concentração da terra no campo leva ao aumento da pobreza e causa exclusão social, ao tempo em que a falta de acesso à terra impede que os filhos dos camponeses permaneçam em seus territórios de vida e trabalho, pois força e expulsa a população do campo a migrar para as cidades.

Em contrapartida, a produção e a reprodução camponesa caracterizam o seu modo de vida, que é marcado por práticas de ajuda mútua e a parceria também são práticas comuns entre os camponeses, nas quais eles se ajudam em tarefas por meio dos mutirões ou

troca de dias de trabalho em suas propriedades, uma prática tradicional de cooperação comunitária compartilhando sua força de trabalho, que envolvem a colaboração dos membros da comunidade para realizar tarefas coletivas, como o plantio e a colheita, por exemplo, através de ações desenvolvidas em que os grupos familiares, alicerçado nas redes de sociabilidade entre os vizinhos, familiares e amigos que fortalecem os laços e consolidam a solidariedade entre os grupos camponeses. A forma empreendida pelos camponeses não quer dizer que eles não estão inseridos na dinâmica do sistema capitalista de produção, mas criam e recriam alternativas para continuar desenvolvendo suas atividades tradicionais. Oliveira explica que,

[...] o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer, que ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalista (implantando o trabalho assalariado, através da presença no campo do ‘bóia-fria’), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença do trabalho familiar no campo) (Oliveira, 2004, p. 36).

A prática de produção de alimentos conduzida pelos camponeses se configura como “uma recusa total de ser excluída da política de desenvolvimento agrícola” (Desmarais, 2013, p. 49), considerando a produção camponesa e a sua diversidade como práticas contrárias às atividades modernizantes do capital, pois a produção camponesa é uma atividade que se encontra enraizada nos modos de vida desses grupos.

Ressalta-se que a modernização dos territórios rurais, impulsionada pela fusão do capital atrelada aos interesses do Estado, evidencia as transformações ocorridas, concomitantemente, que têm levado à intensa concentração fundiária, ao aumento do uso de agrotóxicos e à extensiva mecanização das lavouras cafeeiras. Os territórios rurais de Encruzilhada têm passado por transformações que têm acarretado uma série de impactos e consequências, em virtude desse conjunto de modernização no território, em consonância com a expansão do setor cafeeiro, sobretudo, por meio da adoção de novas técnicas de manejo.

O município de Encruzilhada tinha seus moldes baseados na diversificação agrícola, com a diversidade de alimentos produzidos pela agricultura camponesa; verifica-se que,

num intervalo de aproximadamente doze anos, o setor cafeeiro apresenta mudanças expressivas, tanto na paisagem, com a territorialização de extensas lavouras em grande escala, quanto na esfera produtiva. O crescimento dessas lavouras é o fio condutor dessas modificações, em um contexto em que, anteriormente, as terras eram destinadas à pecuária e ao cultivo de alimentos.

Essas transformações na organização produtiva da agricultura camponesa reverberam nas casas de farinhas desse Distrito, manifestando-se tanto nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais quanto no aperfeiçoamento dos utensílios utilizados no beneficiamento da raiz, o que demonstra que a produção passou por modificações. Apesar dessas modificações, as casas de farinha permanecem como lugares de pertencimento para essas famílias, que produzem e reproduzem a vida. Para Araújo a casa de farinha é o “[...] lugar de memória no cotidiano dos farinheiros e onde a relação entre as coisas e os homens vai se moldando na prática e nas maneiras de usar ferramentas, estas que, ao mesmo tempo em que são marcadas pelo uso humano”, mas que “[...] também delimitam a ação do homem que tende a se adaptar, — conscientemente ou não — à estrutura do objeto” (Araújo, 2017, p. 91).

A leitura da realidade evidenciada nas casas de farinha, além de refletir as vivências e experiências que os sujeitos sociais têm com o lugar, possibilita conhecer melhor o lugar onde se dá o processo de produção da mandioca. Em suas discussões, Araújo (2017) considera as casas de farinha como lugares de memória, pois tanto os homens quanto as mulheres guardam em suas lembranças as experiências que viveram/vivem nesses lugares que se transformam em memória, simbolismos e significados intrínsecos às suas vivências. O autor demonstra que as relações existentes entre a prática do beneficiamento e a vivência cotidiana permitem aos homens e às mulheres o fortalecimento e a manutenção dessa cultura que atravessa gerações. De acordo com Geertz (2008) a cultura é uma “teia de significados que o homem teceu” e como sistemas entrelaçados de signos, a cultura “[...] não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual

eles podem ser descritos de forma inteligível, [...]descritos com densidade” (Geertz, 2008, p. 10).

As reflexões sobre os alimentos identitários derivados da mandioca permitem compreender como esse alimento é referência para os moradores taperenses e como está interligado a esse grupo. Assim, ao analisar a relação dos sujeitos sociais com a mandioca, compreende-se que esta se constitui como uma cultura enraizada nos saberes e fazeres dos grupos familiares no povoado. Essa tradição, que se mantém há alguns anos, é resultado de uma cultura que foi e vem sendo difundida/transmitida por gerações, na qual os saberes e fazeres constituem conhecimentos acumulados e repassados na manutenção da produção de farinha de mandioca e de suas iguarias.

Importa dizer que a atividade artesanal da produção de farinha de mandioca é desempenhada pelos habitantes taperenses, tanto homens quanto mulheres, e observou-se a participação de jovens no processo de produção, envolvendo, em geral, famílias inteiras. As condições de trabalho nas casas de farinha se constituem como uma jornada de luta diária, marcada pela feitura dos alimentos identitários, pelos conhecimentos, saberes e fazeres, pela (Re)Existência, (re)produção social, manutenção dos seus modos de vida e permanência nesses territórios. Por isso, é válido mostrar que o estudo da atividade artesanal de produção da farinha de mandioca não se limita somente à prática produtiva (produção e comercialização), pois concebe-se a importância de contemplar os significados, sentidos e simbologias que a abarcam.

Desse modo, a produção da farinha de mandioca insere os sujeitos sociais, que estão envolvidos na produção, no contexto da relação socioeconômica, de afetividade, pertencimento cultural, no exercício da prática de produzir e de consumir. Na contemporaneidade, diversos autores enfatizam que a alimentação vem se constituindo como um dos traços identitários mais significativos.

Menezes assevera que “[...] tais territorialidades, criadas por esses atores ao apropriarem os recursos nos seus territórios, transformam estes em alternativas geradoras de renda e trabalho, a exemplo da produção de alimentos artesanais, culturais, identitários” (2013, p.123). Comungando com o pensamento de Menezes, é possível apontar que a prática

que envolve os saberes e fazeres na produção de farinha é fundamental para a reprodução das famílias e a apropriação das territorialidades que as envolvem.

Sob tal prisma analítico, compreende-se que os estabelecimentos desses grupos familiares se (re)configuram à medida que se tem demanda por parte do mercado urbano que vai repercutir na ampliação da produção da farinha de mandioca e de seus derivados, pelos quais os saberes e fazeres são repassados pela oralidade e pelo fazer laboral. Nessa condição produtiva, há o contato das crianças e adolescentes com os pais, avós e a vizinhança, permitindo a troca de saberes, fazeres e diálogos de pertencimento relacionados à feitura dessas iguarias, fundamentais para a continuidade dessas atividades e para os sentidos atribuídos à vida dos sujeitos sociais participantes. Assim, ao pensar as casas de farinha e sua produção, entende-se que é também por meio das memórias afetivas dos sujeitos sociais que vivenciam esses espaços das farinheiras que se compreendem os saberes, fazeres, sabores e os conhecimentos que continuam transmitidos por gerações.

A diversidade na produção de alimentos é uma das principais riquezas da agricultura camponesa, além de ser um aspecto identitário que a difere, substancialmente, dos *desertos alimentares* localmente pautados no monocultivo do café, que impacta e reduz os cultivos de alimentos. Com base nas pesquisas de campo realizadas, não é exagero afirmar que Encruzilhada apresenta variedade dos cultivos alimentares e qualidade na agricultura camponesa, por meio da agrosociobiodiversidade diferente da produção da lavoura cafeeira. Trata-se, indubitavelmente, de realidades antagônicas e incongruentes em muitos aspectos.

Outro ponto a ser destacado é que essa prática tradicional no Povoado é transmitida de pais para filhos e/ou para vizinhos, amigos e outros familiares. A reprodução dessas práticas tradicionais é uma continuidade da realização do beneficiamento da produção da mandioca e de suas iguarias. O Quadro 01 apresenta alguns dos alimentos identitários derivados da raiz da mandioca que são produzidos nas casas de farinha e nos quintais de algumas casas, no Povoado de Boa Vista da Tapera.

Quadro 01 – Variedade de iguarias da raiz de mandioca produzidas em Boa Vista da Tapera/Encruzilhada/Bahia (2019).

<b>Farinhas</b>	 <p>Farinha grossa</p>	 <p>Farinha fina</p>	
<b>Goma e Puba</b>	 <p>Goma fresca</p>	 <p>Puba</p>	 <p>Goma Seca</p>
<b>Bolos</b>	 <p>Bolo de aipim</p>	 <p>Bolo de puba</p>	
<b>Biscoitos</b>	 <p>Avoador</p>	 <p>Chimango de Milho</p>	 <p>Biscoito Doce</p>
<b>Beijus</b>	 <p>Beijú de massa</p>	 <p>Beijú de goma</p>	

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de campo, Boa Vista da Tapera/Encruzilhada/Bahia, 2019.

O quadro apresentado demonstra, por meio de registros fotográficos realizados durante a pesquisa de campo, os produtos derivados da raiz de mandioca produzidos nas casas de farinha do Povoado. A prática da elaboração da farinha é um elemento articulador no processo de construção identitária com o território e na Existência de muitas famílias da Comunidade.

Nas últimas décadas, a prática da produção da mandioca estabelece-se como uma atividade que vem se mantendo, segundo Certeau (1998), como uma tática de reprodução social cunhada em um modelo de vida que se tornou autônomo. Nessa perspectiva, apreende-se que as táticas e técnicas utilizadas na produção da farinha de mandioca constituem significados e marcam os territórios, construindo territorialidades a partir das vivências cotidianas dos sujeitos sociais engajados nesse processo de produção e que estão inseridos no território. É, portanto, uma relação social de produção preñe de simbologias e significados que se materializam na luta pela manutenção desses grupos sociais em seus territórios rurais.

As casas de farinha se caracterizam como territórios repletos de saberes e fazeres que são construídos e/ou reconstruídos em torno das relações de (con)vivência que nelas se estabelecem. Assim, o saber-fazer nesses territórios é marcado por conhecimentos e saberes praticados que se consolidam e se difundem no cotidiano. Considera-se a relevância da prática da produção da farinha e das iguarias da mandioca, exercida nas casas de farinha, pois é durante esta prática que o sujeito vivencia e/ou experiencia sua aprendizagem que, em sua maioria, é transmitida por gerações.

Por meio dessas ponderações, evidencia-se, desse modo, que as vivências desses sujeitos sociais na farinheira imprimem seus modos, que se dão pelas relações construídas nesses territórios, pelos laços de afetividade e sentimento de pertencimento que são dotados de simbolismos e significados que trazem à memória uma infinidade de experiências, que constituem as suas próprias histórias de vida.

As casas de farinha se apresentam como territórios de afirmação de identidades e expressam os laços de afetividade e sentimentos de pertencimento presentes na memória coletiva, pois fazem parte do cotidiano desses grupos familiares. Mas também são territórios

de lutas e labutas diárias, contradições e conflitos socioterritoriais vinculados à difusão do agronegócio cafeeiro, gerados por essa convivência, bem como as formas pelas quais os camponeses (Re)Existem às mudanças trazidas pela dominação do território pelo capital. O subtópico seguinte retrata a importância da mandioca como um hábito alimentar para os sujeitos sociais que vivem nessa localidade.

### **Alimento identitário: a mandioca como hábito alimentar do Taperense**

Ao refletir sobre o significado dos alimentos identitários, é também entender as possibilidades de análise acerca da importância que esses produtos têm para os sujeitos que possuem relações de proximidade e que vivenciam cotidianamente essa produção. Assim, investigá-los significa reconhecer que, mesmo sendo por vezes pouco valorizados e com pouca visibilidade, começam a ganhar destaque. É importante reconhecer que a produção de alimentos e as manifestações tradicionais culturais existentes nas comunidades estão alicerçadas no saber e no fazer transmitidos por gerações. Menezes (2013) define os alimentos identitários como: “[...] produtos elaborados por agricultores, valorizados e demandados nos territórios rurais e urbanos. [...] uma cultura enraizada transformada em uma territorialidade que alicerça na contemporaneidade a reprodução social e econômica de grupos familiares” (Menezes, 2013, p. 120). A produção de alimentos identitários realizada pelos camponeses e/ou grupos familiares se configura como uma alternativa encontrada para a sobrevivência de muitas famílias.

No que se refere à sua produção, os alimentos possuem relevância tanto na dimensão econômica quanto social e cultural. Ramos destaca que “[...] a alimentação pode (e deve) ser compreendida como um elemento histórico dinâmico, envolto em uma rede complexa de sentidos e de processos sociais de ordem econômica, cultural, ecológica e política” (2007, p.15). Nesse sentido, entende-se que os alimentos (distribuição, comercialização e consumo), como ocorre na comercialização nas feiras livres aos sábados e domingos, são ofertados pelos agricultores camponeses por meio dos circuitos curtos de distribuição, comercialização e consumo. Mesmo diante de condições desfavoráveis, diversos camponeses participam da feira semanal que acontece aos sábados na sede, outros para Mata Verde/Minas Gerais, mas

também se deslocam para a feira no próprio Distrito de Vila do Café, no domingo para a comercialização dos alimentos produzidos em seus estabelecimentos rurais, quintais e roçados. As fotografias das Figuras 02 e 03 ilustram a diversidade de alimentos nas lavouras da agricultura camponesa cultivados no município.

Figuras 02 e 03 – Alimentos da agricultura camponesa e sua agrosociobiodiversidade, comercializados na feira de Vila do Café.



Fonte: SILVA, N. S., pesquisa de campo, 2024.

É possível observar nas fotografias ilustradas (Figuras 02 e 03) que nessas bancas estão à venda o feijão, abóbora, mandioca, banana, mel de abelha, café, hortaliças e farinha, alimentos produzidos pelos camponeses e consumidos no dia a dia da população. No contexto das cadeias curtas de alimentos, no âmbito da agricultura camponesa, a sua comercialização normalmente é realizada de forma direta, entre os consumidores e os agricultores, ora na feira ou nos seus próprios estabelecimentos, onde são cultivados. Trata-se de alimentos pautados na permanência da sua própria produção familiar. Essas relações possibilitam a criação de laços de proximidade e de confiança e formas alternativas de sobrevivência e fortalecem a permanência desses sujeitos em seus territórios, além de contribuir para a oferta de alimentos para a população local.

Esses alimentos são imbuídos de significados e simbolismos que permeiam a cultura de um determinado grupo social. As reflexões acerca dos alimentos identitários nos permitem compreender a importância do cultivo desses alimentos para as famílias que os produzem. Esses grupos familiares se afirmam e resistem às dificuldades que surgem, construindo estratégias e práticas que possibilitam e reafirmam-se nesses lugares. Cruz e Menasche (2011, p. 98) sinalizam que essas são: “[...] estratégias territoriais para valorização de alimentos locais”. No que se refere à permanência e à (Re)Existência que os agricultores impõem para dar continuidade às suas produções, Menezes destaca que esses movimentos:

[...] são reafirmados pelos atores que resistem e defendem a integridade de seu território, condicionam a permanência do cerne identitário, visto que, conservam a essência cultural e histórica apesar da inegável intensificação dos processos territorializantes, desterritorializantes e reterritorializantes que acometem a atual dinâmica do mundo globalizado” (Menezes, 2013, p. 124).

A ideia esboçada pela autora reafirma a importância que esses alimentos vêm assumindo e, por meio desses movimentos e das estratégias, esses grupos valorizam os produtos e preservam os seus modos de vida. Assim, ao analisar a produção desses alimentos, convém refletir que por meio dessas práticas, esses sujeitos encontram na produção e comercialização desses alimentos uma saída para a permanência e sustento de suas famílias. O estudo desses alimentos constitui um elemento importante para a compreensão do processo de construção identitária desses sujeitos sociais com o território.

Diante das discussões apresentadas, entende-se a relevância de discutir a produção de alimentos e seus processos de (produção, comercialização e consumo), atrelada às análises dessa compreensão, uma vez que o território é a expressão material e imaterial das relações de poder. O território apresenta múltiplas dimensões, nas quais essas relações de poder simbólicas, econômicas, sociais e culturais estão imbricadas. No que diz respeito ao município estudado, este se configura como um território complexo e em constante disputa, pois vêm ocorrendo modificações em sua estrutura fundiária, conforme a Tabela 01, em detrimento da formação de celeiros agrícolas, com reflexos na expansão do monocultivo do café que intensificam a redução dos cultivos tradicionais.

No que tange à concentração fundiária, Stedile (2006, p.17) afiança que: “[...] a

concentração da propriedade da terra continuou aumentando. Eles acumularam nestes últimos anos mais de 30 milhões de hectares, somente nas fazendas acima de 1.000 hectares [...]”. Ainda com relação à estrutura fundiária, Girardi (2008) classifica os imóveis com classe de área que são divididos em três grupos: i) os imóveis pequenos com área abaixo de 200 ha; ii) os imóveis médios com área de 200 a menos de 2.000 ha e iii) os imóveis grandes com área superior a 2.000 ha. Assim, infere-se que, com base nos dados apresentados na Tabela 01, a estrutura fundiária de Encruzilhada/Bahia apresenta essa expressão de desigualdade. Nesse entendimento, o acesso à terra é uma condição *sine qua non* no que tange à manutenção e reprodução social da vida de camponeses e camponesas.

Tabela 01 – Estrutura fundiária do município de Encruzilhada, 1970, 2006 e 2017.

Grupos de área (ha)	1970		2006		2017	
	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)	Nº de Estab.	Área (ha)
>1	-	-	101	57	214	99
1-2	-	-	171	230	154	199
2-5	4	15	288	903	296	894
5-10	39	228	312	2.084	305	2.088
10-20	155	1.872	221	2.758	254	3.568
20-50	391	11.832	196	6.323	278	8.640
50-100	230	15.248	111	7.484	157	11.087
100-200	248	32.006	66	8.720	99	14.009
200-500	233	66.680	45	13.054	58	18.586
500-1.000	89	57.742	8	6.096	30	20.418
1.000-2.000	43	52.060	3	4.800	11	19.250
2.000 -5.000	22	61.888	1	-	1	-
5.000-10.000	-	-	-	-	-	-
<10.000	-	-	-	-	-	-
Total	1.454	299.571	1.523	52.509	1.857	98.838

Fonte: GEOGRAFAR, 2020/21. Elaborado: SILVA, N. S., 2023.

Mitidiero, Barbosa e Sá (2017) retratam em suas análises que, apesar das divergências e das críticas quanto aos critérios adotados pelo IBGE, para a organização e interpretação dos dados e das informações disponibilizadas acerca dos municípios, por exemplo, ressalta-se que essa plataforma, o IBGE, constitui uma importante base de dados e informações da agropecuária brasileira. Assim, essa ferramenta apresenta um panorama que nos possibilita compreender por meio de sua leitura as condições de produção e trabalho na terra, acesso e continuidade (Mitidiero; Barbosa; Sá, 2017).

Ao examinar a Tabela 01, verifica-se que os dados apresentados dizem respeito à estrutura fundiária, elemento essencial para a compreensão da realidade agrária do município. Ao pormenorizar os dados desse município, sobretudo os que se referem aos anos de 1970, 2006 e 2017, e demonstram desigualdades: em 1970, 19,55% da área era de pequenas propriedades, enquanto 76,19% correspondiam à área de médias e grandes propriedades. O que pode justificar o ocorrido em 2006 pode ser explicado pela chegada dos Assentamentos Rurais no município, ampliando o número de propriedades pequenas. Com base nos dados apresentados, as desigualdades fundiárias ainda permanecem. Mesmo assim, os dados indicam que as desigualdades fundiárias persistem. No entanto, destaca-se que a quantidade de estabelecimentos, ainda que decorrente da implantação dos Assentamentos, apresenta-se como uma forma de amenizar essas disparidades presentificadas no campo. Sobre a produção agrícola de Encruzilhada, em quase 20 anos, observou-se que o panorama em relação à produção de grãos (*commodities*) é devastador do ponto de vista da diversidade alimentar.

Tabela 02 – Área plantada de cultivos agrícolas em Encruzilhada em 2006 e 2023.

Cultivos agrícolas	2006	2017	2022	2023
	Área plantada (hectares)			
Banana	750 há	500 ha	306 ha	309 ha
Café	5140 há	6000 ha	5400 ha	5562 ha
Cana-de-açúcar	380 ha	200 ha	96 ha	98 ha

Feijão	4150 há	5000 ha	1009 ha	1019 ha
Mandioca	1100 há	1000 ha	432 ha	449 ha
Milho	4000 há	2000 ha	1164 ha	1187 ha
Tomate	10 há	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15765 há</b>	<b>8873 ha</b>	<b>8416 ha</b>	<b>8633 ha</b>

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal, 2006 e 2023.

Elaboração: SILVA, N. S., 2024.

No contexto da comoditização do território, quando comparados entre 2006 e 2017 observa-se um crescimento vertiginoso da área plantada do café, em 47,9% e em 2017, 53,2% do total da área plantada, enquanto os demais cultivos apresentam uma diminuição expressiva, como o feijão que teve redução de aproximadamente 79,6% e milho 70,3%. Esses cultivos juntos (feijão, mandioca e o milho) em 2004 ocupavam 58,6% do território, já em 2023 atingiram apenas 30,7% do total da área, de tal modo, os dados confirmam uma homogeneização da produção agrícola cafeeira que corrobora a comoditização desse território. Esse aumento considerável na plantação (hectares) do café, nos últimos anos, ratifica as alterações na produção agrícola, que prioriza monocultivos, concedidos, prevalentemente, para comercialização, conforme as informações obtidas em campo. No entanto, mesmo havendo redução na plantação do café de 2017 para 2022 em 600 ha, as análises dos dados revelam que essa produção mantém o domínio da produção no território e em 2023, apresenta aumento de 162 ha, quando comparado com 2022.

No entanto, essas relações são dinâmicas e não estão estáticas, o que implica que a disputa pelo poder é contínua e se manifesta de formas diversas, aliada à modernização. Assim, é por meio dessas relações que os sujeitos sociais que vivenciam os saberes e fazeres cotidianos na farinheira buscam o aprendizado da prática da produção do fazer farinha, essas práticas de fazer se dão por meio da observação, do ensinamento e da vivência na farinheira, ou seja, as técnicas utilizadas pelos sujeitos sociais são aprendidas e repassadas por gerações.

Assim, a dinâmica da produção da farinha de mandioca e seus derivados se insere como uma alternativa para o fortalecimento da tradição e da cultura dos grupos familiares

nesse povoado. As vivências dos sujeitos sociais nas casas de farinhas são imbuídas de sentidos e significados construídos e reconstruídos ao longo da trajetória de vida de cada grupo familiar, dentre eles agricultores camponeses, consumidores e diversas pessoas que por ali passaram ou ainda convivem cotidianamente.

A produção da farinha de mandioca é um processo que envolve diversas técnicas, ferramentas e trabalhadores que estão relacionados com o beneficiamento desse produto. Nessa vertente, compreende-se que as representações construídas por esses sujeitos sociais expressam que o fazer farinha é também um momento de sociabilidade e troca de conhecimentos. Essas experiências são construídas pelos sujeitos sociais na vida cotidiana e se manifestam nas mais diferentes relações estabelecidas nesse espaço, que também é de sobrevivência. Tais alimentos se afirmam nas manifestações culturais de determinados grupos e são marcados como traços identitários enraizados na cultura de um povo.

### **Considerações finais**

A produção dos alimentos identitários, nesse caso, a mandioca e seus derivados, revela-se necessária e relevante para a (re)produção social e para a manutenção desses sujeitos sociais, pois se apresenta como estratégia e tática das resistências e ressignificações do modo de vida e da reprodução dos pequenos e médios grupos camponeses no município de Encruzilhada/Bahia. Essa produção artesanal da farinha de mandioca encontra-se entrelaçada nas relações de proximidade entre os agricultores e os consumidores desses alimentos, reforçando laços de pertencimento e identidade, sendo fruto de apreciação e valorização fundamentadas no reconhecimento da qualidade e do significado subjacente ao alimento.

Essa produção constitui um aspecto significativo que evidencia a relação desses grupos familiares com o território e o cotidiano, em que indicam a relevância do reconhecimento dos saberes e fazeres, bem como a compreensão das relações existentes nessa comunidade rural. Refletir sobre o significado que a produção e a comercialização desses alimentos assumem na vida desses agricultores camponeses contribui para identificar a importância dessa atividade artesanal para a sobrevivência e a (Re)Existência dos grupos familiares rurais

loais. Considerar essa lógica da produção artesanal significa atentar-se para os processos de territorialização presentes em diferentes escalas, bem como as suas particularidades e/ou heterogeneidades, que resultam em distintos territórios e, imbricados, expressam a partir das relações identitárias diferentes territorialidades.

Espera-se que, por meio dessa pesquisa seja possível contribuir para dar visibilidade ao trabalho realizado pelos agricultores camponeses e sujeitos sociais envolvidos na produção e comercialização dos alimentos derivados da mandioca, que se configuram como, alimentos identitários, bem como evidenciar a relevância que a produção dos alimentos identitários cultivados pelas famílias camponesas tem, para a (Re)Existência desses grupos familiares e para as relações sociais, econômicas e culturais do Povoado de Boa Vista da Tapera no município de Encruzilhada/BA. Tudo isso corrobora o sentimento de pertencimento, demonstrando os significados que esses alimentos têm para os sujeitos, na construção da reprodução da (Re)Existência.

### Agradecimentos (opcional)

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela concessão da bolsa de mestrado, entre 2017 e 2019, pelo auxílio financeiro concedido, que possibilitou a concretização da pesquisa. E a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de doutorado, nos últimos anos, para a realização da pesquisa.

### Referências

- ARAÚJO, Francisco Evandro de. **Os trabalhadores da farinha e a casa de farinha como lugar de memória**. Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 30, n. 46, p. 91-100 Jun/2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22562/2017.46.09>. Acesso em: 22 set. 2022.
- CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. ESTADO, CAPITAL E A FARSA DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO. **MERIDIANO – Revista de Geografia**, número 2, 2013 – versão digital. Disponível em: <https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansão-do-agronegócio.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.
- CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. **Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 5, n. 1, 2011, p. 91-114. Disponível em: <http://DialnetDoConsumoAProducaoProdutosLocaisOlharesCruzados-4060623.pdf>. Acesso

em: 20 de Ago. de 2024.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente:

Unesp/NERA, 2008. Disponível em: [www.atlasbrasilagrario.com.br](http://www.atlasbrasilagrario.com.br). Acesso em: 22 dez. 2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/encruzilhada/pesquisa/14/10193?localidade1=314055>.

Acesso em: 20 mar. 2023.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. 2004. 457 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Alimentos identitários: uma reflexão para além da cultura. **Revista GeoNordeste**, n. 2, 2013.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 8, n. 2, p.274-289, ago/2014.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no Século XXI: território de vida, luta e de construção da justiça social**. Editora Casa Amarela, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Mendonça. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010.

RAMOS, Mariana Oliveira. A “comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

STEDILE, João Pedro. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 109, p. 17, abr. 2006.